



ELEMENTOS POLÍTICOS DO PODER

Compilado e editado pelo Comitê de Formulação da Política Militar, do Departamento de Operações Unificadas e Combinadas da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército dos Estados Unidos da América.

Este artigo discute o conceito de sistema político (modelo político) com a idéia de identificar e avaliar as vitalidades e as debilidades (vulnerabilidades) políticas do Estado. Descreve os requisitos de um sistema político e como esse sistema opera para satisfazer às solicitações que lhe são dirigidas. O artigo prossegue no exame de cinco variáveis significativas, existentes em qualquer sistema político e que são utilizadas na avaliação do poder político de um Estado. Por meio de uma análise dessas variáveis, e de como elas agem no sistema político, chega-se ao conhecimento de como as vitalidades e debilidades do sistema se derivam delas.

Desde 1945, a complexidade das relações internacionais tem aumentado a ponto de dobrar de expressão várias vezes. Existem muitas razões que têm ocasionado isso, mas os fatores que certamente mais contribuem para essa situação têm sido a proliferação dos estados-nações com o término dos impérios coloniais, e o esgotamento das reservas mundiais de recursos naturais, ao mesmo tempo em que ocorre o crescimento da procura por esses recursos. Nos Estados Unidos existe a dúvida quanto à conveniência da utilização de

forças militares como um meio para alcançar os objetivos nacionais. Essa limitação de meios e fins fez-se clara na Guerra da Coréia e no conflito do Vietnã. Ambos os conflitos deram mais ênfase a um fim político limitado do que a uma vitória militar definitiva.

À luz do impasse militar, é provável que os conflitos do futuro continuarão a ser limitados na natureza e a dar ênfase ao estreito interrelacionamento entre considerações militares e políticas. Ainda esse interrelacionamento não deverá surpreender ninguém, porque força mili-

tar é o instrumento de ultimato político à disposição da maioria das nações-estado.

Ao mesmo tempo, deverá ser entendido que essa interdependência entre as expressões militar e política do poder não é única. Melhor ainda, todos os elementos do poder — geográfico, moral, nacional, econômico, político e militar — envolvem-se e influem uns aos outros em variados graus, dependendo da situação e do assunto em pauta.

Considerando o ambiente físico, é sabido que uma nação possui aspectos de vigor e de debilidade que são derivados da sua posição relativa, dos recursos naturais de que dispõe, do clima e da população. Da análise do moral nacional sabe-se que fatores culturais, tais como crenças, atitudes, valores e organização social afetam as possibilidades da sociedade e a maneira de interpretar o que se considera importante. Do exame do sistema econômico depreende-se que alguma forma de economia irá desenvolver-se e organizar os recursos físicos e sociais da nação, para gerar uma capacidade produtiva que criará bens e serviços para a sociedade ou estado.

Porém não são as considerações geográficas, sociais e econômicas, as únicas que irão definir o poder da nação. A expressão do poder político deve também ser apreciada, e mais ainda, considerada como a que faz a amalgama das demais, e a que projeta o poder que é possível mobilizar.

Alguém tem que decidir onde deve ser aplicado o poder do país. Para fazer isso, as metas e os objetivos devem ser estabelecidos, e as possíveis linhas de ação para alcançá-los devem ser traçadas. Eventualmente, uma decisão deve ser formulada e posta em execução. O resultado da decisão adotada pode ser

avaliado se atingiu ao fim a que se destinava. Cada um desses passos do processo político acontece dentro do sistema político do estado.

É o sistema político que fornece o principal enfoque para uma análise da expressão política do poder. O artigo que se segue desenvolve o conceito de um sistema político através do qual se pode detetar os pontos importantes desse sistema e diagnosticar suas vitalidades e debilidades.

Poder político pode ser definido como a habilidade que um estado possui para decidir o curso que lhe compete adotar para cumprir suas funções perante a sociedade. De certo, política pode ser definida, em si mesma, como uma luta por poder, seja travada entre indivíduos, entre grupos dentro do estado, seja entre estados no contexto mundial. É a luta pelo poder de decidir ou de influir nas decisões e de pôr em execução ações para alcançar os fins estabelecidos. Em princípio, é através do sistema político que essas decisões para a sociedade são formuladas e adotadas.

É, basicamente, através do sistema político que são criadas as decisões de governo dirigidas à sociedade.

Este artigo dá a perspectiva do sistema político no seu mais amplo contexto. Julgamos que será bastante útil ao estrategista militar que se preocupe em desenvolver sua capacidade de avaliação de forma realista. Robert Hilsman, assistente da Secretaria de Estado dos EUA para assuntos do Extremo Oriente, afirma: "A finalidade não é preparar o oficial para fazer um exame político e econômico; isto é certo que cabe aos civis. O que se quer é torná-lo capaz de compreender o contexto dentro do qual ele, como assessor, irá exercer seu aconselhamento sobre como os aspectos mi-

litares deverão ser considerados, e a forma mais eficiente de como a mais alta autoridade deverá considerar a possível aplicação dos meios militares para atender às necessidades políticas que enfrenta".

CONCEITO DE SISTEMA POLÍTICO

"Eu reconheço que não existe maior necessidade para os homens que vivem em comunidade do que a de serem eles governados. Autogovernados se possível, bem governados se forem afortunados, mas, em qualquer situação, governados."

Walter Lippman

ções, conceitos e valores identificados, particularmente como acontece nas nações do Ocidente. O modelo convém que seja bastante abrangente na definição do comportamento político, quando se estudar o processo político de países. Deve-se considerar que, nesse processo, não são somente os organismos do governo que participam do processo decisório; existem outros setores da sociedade que também influem marcadamente. Haja vista o papel preponderante do partido político na União Soviética e em outros estados comunistas, a influência de grupos religiosos em diversas nações, e a participação de representações do comércio e do trabalho nos EUA e em outros estados ocidentais, que ilustram a necessidade de se considerar todo o espectro de integrantes da atividade política na sociedade e não somente as instituições governamentais. O presente artigo faz uma tentativa de chegar a esse modelo.

Todo cidadão tem uma idéia de como se processa a atividade política, e sobre esse modelo ele desenvolve suas análises dos procedimentos políticos. Para a maioria, o modelo que imagina tem base no processo político do seu próprio país, o que o torna válido para análises e concepções sobre a política da sua pátria, mas que normalmente não condiz adequadamente com avaliações políticas de outras nações. Para isso ele precisa de um modelo liberto dos aspectos particulares referentes ao seu próprio país. O ideal seria que o modelo pudesse atender à análise do sistema de qualquer nação em condições satisfatórias à sua finalidade. Para se aproximar disso será necessário dar ênfase a padrões de comportamento político que são determinados pelo contexto cultural, e não basear-se no estudo de institui-

De início, o processo político em uma nação-estado será aqui considerado como conduzido por um sistema tipo "insumo (input)—transformação—resultado (output)". É óbvio que esta abordagem não é a única maneira de se encarar um sistema político; existem muitas outras, entretanto a perspectiva aqui desenvolvida irá ressaltar as variáveis políticas significativas que podem ser utilizadas na avaliação das vitalidades e das debilidades do sistema político do estado, que vêm a ser da maior importância para o analista.

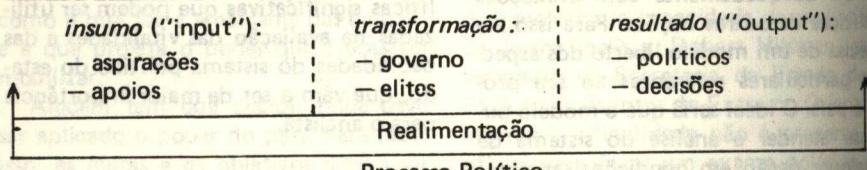
A NAÇÃO-ESTADO E O SISTEMA POLÍTICO

As nações-estado constantemente estão enfrentando problemas. Muitos de-

les são gerados no próprio ambiente interno da nação. Outros tantos refletem pressões do setor internacional; existem aqueles que surgem do motivo ecológico, do demográfico ou de outros mais fatores. A sociedade por eles afetada recorre a certas instituições que se interessam por identificá-los e interpretá-los a fim de solucioná-los ou amenizá-los. Entre essas instituições, talvez a mais poderosa da história moderna é o sistema político.

Existem também outras poderosas instituições sociais que em todas as sociedades mobilizam forças sociais, alocam recursos, resolvem problemas e influenciam comportamentos. De acordo com o marxismo, as instituições econômicas prevalecem como as mais importantes. Existem outras sociedades nas quais prevalecem as instituições religiosas ou, então, as educacionais, condicionando a estrutura social e agindo preponderantemente na solução dos problemas da nação. O importante a considerar é que o comportamento político que é identificado, não age no vazio e pode também não ser o modo mais frequente de se expressar.

Entende-se assim o conceito de sistema político, e isso implica que nele existem componentes dinâmicos que agem interdependentemente e que são interatuantes, que operam dentro do ambiente.



te de um estado onde há o exercício de uma legitimada¹ liderança, necessária para desenvolver o processo decisório, para encontrar a solução dos problemas e para pôr em execução as ações políticas adequadas à sociedade. Este conceito persiste, qualquer que seja o grau de sofisticação ou de evolução do sistema político, seja ele uma forma complexa de governo institucionalizado, como normalmente acontece no pensamento político ocidental, até à forma mais rudimentar do conselho dos anciãos, como ocorre nos grupos sociais mais primitivos. O importante é que, dentro dos grupos sociais, algum elemento desempenhe a liderança e decida as ações a serem postas em prática e que, em última análise, deverão beneficiar o grupo.

A dinâmica de qualquer sistema político pode ser entendida na forma representada no modelo abaixo:

O motivo por que surge o sistema político em uma sociedade, isto é, por que os homens se envolvem em atividades políticas, é o fato de que, dos indivíduos, afloram os interesses que tomam corpo e se consolidam como aspirações de grupo, e que não podem ser satisfeitas sem que haja uma ação autoritária para alocar os recursos que normalmente são escassos e necessários.

Algumas aspirações podem ser atendidas por outros sistemas da sociedade,

1) Legitimada, como é aqui usado, conota no mínimo uma aceitação passiva pela maioria da sociedade, cujas decisões são estabelecidas em acordo com os prevalecentes conceitos de autoridade e de valores.

isto é, as econômicas, como o são as reivindicações salariais e que são resolvidas com acordos entre trabalhadores e patrões através do sistema econômico. Quando as aspirações exigem da parte da sociedade um esforço especial, e que haja necessidade de determinada ação de mando para alocar recursos visando a sua satisfação, elas se tornam insumos do sistema político.

As aspirações podem ter origem dentro do próprio sistema político (internas), ou no corpo da sociedade (externas), ou ainda podem ser detetadas antecipadamente, fruto de pesquisa, e atendidas prontamente pelas lideranças políticas antes que tomem maior expressão. Como exemplo de aspiração interna podemos citar aquelas que se destinam a transferir os recursos que foram destinados para a defesa, no sentido da solução de problemas sociais. Já a necessidade, detetada antecipadamente, de se aplicar uma reciclagem de treinamento profissional nos veteranos da II Guerra Mundial, como ocorreu durante os últimos meses de 1940, exemplifica a terceira situação anteriormente citada.

Além das aspirações, os outros insumos são os apoios. O sistema necessita de apoios. Os homens que decidem ou os que buscam influenciar no processo político necessitam do apoio que prestigia e dá expressão de poder. As formas mais adequadas de apoio ao sistema político são: a aceitação pública do papel que a política em prática exerce, a lealdade partidária e o patriotismo do povo. A função do sistema é identificar esses insumos e processá-los, transformando-os em produtos ou resultados, com forma de ações políticas, decididas para serem postas em prática pela sociedade. O atendimento às aspirações resultam na

forma cíclica em reforçar os apoios que o sistema obtém do povo.

Esse processo é a atividade fundamental do sistema político e é nele que os políticos encontram campo para exercerem suas lideranças.

Outro requisito essencial ao sistema político é a realimentação, sem a qual ele será incapaz de avaliar o efeito das decisões tomadas e das ações políticas postas em prática, sejam elas leis, normas, regulamentações, etc.

A realimentação acontece provocada por dois motivos. Ou pelas aspirações que surgiram com a nova situação resultante das ações políticas ultimamente postas em funcionamento, ou por ter o próprio sistema, por seus organismos que participam do processo decisório, avaliado os efeitos das medidas adotadas pelo governo. Por meio das avaliações desses efeitos, o líder político é capaz de determinar se a política do sistema está funcionando bem ou não, e como deve ser ela modificada, se for o caso.

Sintetizando o que se descreveu acima, o sistema é visualizado como uma interconexão dos órgãos que recebem insumos, transforma-os e produzem as ações políticas que, por sua vez, provocam a realimentação e, então, o ciclo se renova.

Os limites entre as etapas do processo são flexíveis. Na figura eles estão representados por linhas pontilhadas por não serem de fato muito nítidos e estão mais relacionados com a atividade funcional do que com a estrutura.

Também entre o sistema político e os demais sistemas da sociedade, como o econômico e o social, os limites não são rígidos e eles decorrem mais da função que exercem do que propriamente da estrutura. Indivíduos podem perfeitamente desempenhar, ao mesmo tempo,

atividades políticas em um sistema e sociais em outro, como também isto pode acontecer até mesmo com organizações. É de se ver, hoje em dia, um bispo católico reivindicando, diante de sua congregação, reformas políticas no país, como também ocorre à "União dos Trabalhadores Americanos" rejeitar o voto a candidatos políticos que ela considera irregularmente privilegiados.

VARIÁVEIS POLÍTICAS

No desenvolvimento do processo "ínsimo-transformação-resultado", ressalta para o analista o valor das variáveis políticas fundamentais na avaliação do poder político de um estado. São eles:

- componentes políticos;
- dinâmicas políticas;
- qualidade do sistema político;
- desenvolvimento político; e
- alinhamento internacional

COMPONENTES POLÍTICOS

Fundamentos Políticos

O primeiro componente são os fundamentos políticos da nação e que são constituídos: da cultura que predomina; dos valores morais, éticos e de outros valores nacionais; dos padrões de comportamento; das tradições do país; e dos efeitos que estes aspectos provocam sobre a ação política vigente.

O conceito estabelece que é a crença nos padrões de valores, nas atitudes e comportamento da sociedade que predispõe determinados povos a agir de maneira peculiar. Isso vem a ser a manifestação política dos valores e da cultura da sociedade. A reação movida por Robert Kennedy à proposta para ataque aos mísseis soviéticos em Cuba, com o

risco de provocar milhares de mortes civis, em outubro de 1962, reflete como os fundamentos políticos podem influir no curso de acontecimentos internacionais. Declarou ele: "Eu não aceito a idéia de que os EUA tenham que lançar bombas em Cuba e, no ataque de surpresa, atingir a população civil. Talvez a alternativa não fosse muito agradável, mas não vejo como aceitar essa linha de ação para o nosso país." (Robert Kennedy, "Treze Dias". Presumivelmente, seu irmão co-participou desse ponto de vista, e a opção para o ataque foi descartada).

Os fundamentos políticos, que vêm a ser a herança do país, são normalmente difíceis de serem avaliados. O analista pode ter dificuldade de perceber a mentalidade, atitude e os valores da nação e que são essenciais para se compreender o processo de ação política e a constituição da expressão do poder político de um determinado país. Esses conceitos filosóficos e as atitudes emocionais atuam como um todo nos diversos passos do processo político que as lideranças políticas conduzem no desenvolvimento da ação política para atingir, periodicamente, determinadas metas (ONA) e que a maior prazo constróem a conquista dos grandes objetivos nacionais (ONP). Para exemplificar isso, podemos citar que, nos Estados Unidos, existem certos valores políticos dos quais todos os cidadãos virtualmente participam, por exemplo: a crença de que deve haver uma evolução gradual que se baseia no mais amplo consentimento da nação, em vez de decisão de poucos prevalecendo sobre a vontade de muitos, e o franco respeito ao exercício da lei regulando a relação entre os cidadãos e entre estes e o governo. Esses valores influenciaram na composição do sistema político americano, onde é ob-

servado que se processa um controle do sistema como um todo, visando a manter os limites da ação do poder público, e que é feito através de um processo de avaliação e da adoção subsequente de medidas para se obter a correção que leva ao reajustamento.

Um caminho seguro para se medir os valores e atitudes do povo de um país é por meio da análise das atividades políticas que o país adotou no passado. Torna-se mais fácil compreender exemplos concretos do que abstrações. Através dos fatos políticos do passado se identificam os predecessores dos valores e das atitudes do povo e se tenta acompanhar a evolução dos mesmos, admitindo que ela se dá com transformações vagarosas.

Em um mesmo país, grupos sociais distintos podem encarar um mesmo problema de forma diferente. Isso complica o processo político que procura interpretar as aspirações e encontrar a forma de como satisfazê-las. O problema se torna crucial quando a liderança de uma nação adota uma política que conflita com os valores tradicionais do país. Quando isso acontece em uma nação que está em processo de desenvolvimento, o fato se agrava. Em muitos casos, a maioria do povo tem incorporado valores tribais orientados para a agricultura. Ocorre que, em alguns casos, seus líderes políticos tentam orientar o processo de desenvolvimento no sentido da indústria com metas específicas, baseadas em programas de industrialização e de bem-estar social, que refletem os objetivos e valores de sociedades urbanizadas e mais desenvolvidas. Nessas situações, a ausência do consenso da população tem provocado uma tendência para se tornar vago ou mesmo interromper o processo de desenvolvimento da nação.

Poderemos concluir que, da mesma forma que os fundamentos políticos atuam como insumos, alimentando o processo, eles também podem se constituir em limitadores da ação política. Eles agem regulando os tipos de aspirações que podem se constituir em insumos para o processo político, definindo uma tendência para a obtenção do consenso.

A história da evolução das ligas de trabalhadores, das leis do bem-estar social e da política de integração nos EUA, refletem as influências dos fundamentos políticos americanos na determinação de quais aspirações se tornaram insumos para o processo político.

O valor da influência dos fundamentos políticos sobre uma sociedade determinará o grau do apoio popular com que o sistema político contará, o seu sucesso na ação política e a sua estabilidade a longo prazo.

Condicionantes Políticas

Elas podem ser provenientes do ambiente físico ou ter origem no meio social como são os casos: de migrações do campo para áreas urbanas; do crescente uso de drogas nas áreas suburbanas; de um inaceitável nível de inflação e da carência de determinado recurso natural. Podem também ter origem no meio militar, como uma percebida ameaça de invasão ou mesmo a alienação do militar pela sociedade como um todo. Essas condicionantes podem, até certo tempo, permanecer influindo somente em outros sistemas da sociedade, por serem originárias de outros setores, mas, a partir de determinado ponto, por se tornarem expressivas a ponto de sensibilizarem grupos significativos, elas tenderão a tomar corpo de aspirações e virem a ser insumos no processo político.

Grupos de Interesses

Todo sistema político sofre as influências de uma variedade de grupos que são associações de pessoas movidas pelo mesmo interesse que consolidam aspirações. Um grupo religioso em Nova Delhi ou um cartel de empresas de Bonn são exemplos de grupos que, formal ou informalmente, articulam e apresentam a seus governos os seus interesses na forma de aspirações. Chegam, às vezes, a possuir estruturas especializadas que claramente encaminham essas aspirações às lideranças políticas. Muitas vezes, caso esses grupos não atuassem articulando os interesses dos indivíduos que a eles se associam, estes poderiam não ser percebidos e deixar de receber da parte das autoridades a atenção para com seus interesses e aspirações. A função principal desses grupos é consolidar as aspirações individuais e apresentá-las como insumo para o processo político.

Eles servem para regularizar a ação da sociedade sobre o sistema, dando corpo aos interesses populares e os transformando em explícitas aspirações.

Certos grupos de interesses podem ter uma duração limitada, desde que a razão de sua existência seja um problema a ser解决ado. Quando o problema é resolvido cessa a razão da existência e o grupo se dissolve. É o caso de grupos de americanos que defendem a legalização do divórcio. Os grupos mais permanentes são aqueles que articulam interesses de setores profissionais da população, como é o caso da "Associação Nacional dos Trabalhadores".

Observe-se que é normalmente no seio das estruturas econômica e social que é gerada a maior quantidade de conflitos com o sistema político e administrativo. Por isso, são nos ambientes eco-

nómico e social que existem a maior quantidade e maiores influências de grupos de interesses. De forma correspondente, uma sociedade agrícola primária terá menos grupos de interesses e eles terão menos influência sobre o processo político que os grupos que agem em uma sociedade industrializada. Esta última é normalmente observada pela proliferação de grupos ativos, politicamente vinculados a interesses e áreas específicas, tais como: trabalho, indústria, ciência, comércio e educação.

A influência e a capacidade política dos grupos de interesses não são diretamente proporcionais ao tamanho dos mesmos. Isto tem sido demonstrado em vários países, como é o caso de grupos de estudantes no Japão e nos Estados Unidos, o grupo "Ban the Bomb" na Inglaterra, grupos budistas no Vietnã, e outros. Se já é difícil para as lideranças políticas de um país avaliar com maior precisão o valor das influências de pequenos grupos ativistas, imagine-se a dificuldade que encontrará o analista estrangeiro que pretenda fazê-lo.

A participação dos grupos de interesses facilita o trabalho das lideranças políticas para a delimitação de opções no atendimento das aspirações. O problema pode ser a inflação e o desejo pode ser traduzido de forma geral como "fazer alguma coisa", ou tão específico como "mais baixo preço da carne", e as alternativas aventadas podem ser: o controle de preços, o equilíbrio no orçamento, a mais baixa taxa de lucros ou a simples combinação delas ou mesmo com outras alternativas.

DINÂMICAS POLÍTICAS

O aspecto dinâmico de um sistema é representado pela ação política que se

exerce no processo de transformação em que as aspirações são examinadas, os apoios são considerados e as decisões sobre políticas e programas são adotadas. No centro desse processo estão as dinâmicas políticas exercidas pela estrutura governamental, pelos instrumentos do poder e pelas elites políticas, e que são:

- estrutura governamental;
- instrumentos do poder;
- elites políticas; e
- perspectivas com relação ao processo decisório; que passaremos a apresentar.

Estrutura Governamental

A composição da estrutura governamental mais comum que se conhece é a que divide o governo em três poderes: o executivo, o legislativo e o judiciário, e identifica cada um deles por sua função específica. Os Estados Unidos têm sido considerados o exemplo clássico de poderes independentes, com atribuições bem precisas e garantidas pela constituição. No entanto, o que se observa é que essa identificação de poderes com funções não tem sido correspondida. Na verdade, essa independência torna as funções desintegradas por serem aceitas como instituições separadas e com tendência a subdividir funções e poder. Sobre isso observe-se que os três poderes participam da função legislativa, isto é, da elaboração das leis. Na maioria dos casos, o processo de formulação da legislação tem início no executivo e o congresso age como modificador e legislador. Ao mesmo tempo, o poder judiciário pode agir para modificar ou tornar a legislação insubstancial.

Partidos Políticos

As funções de articulação e transformação dos insumos são desempenhadas

no sistema pelos grupos de interesses, pelas instituições governamentais e pelos partidos políticos. Em muitos sistemas são estes últimos os meios principais para o desempenho dessas funções e servem para trazer as aspirações para dentro de um programa de alternativas políticas coerentes. São eles as principais fontes de recrutamento de pessoal para as assessorias dos cargos governamentais mais elevados.

Os partidos políticos são as instituições que dispõem dos recursos que permitem o sistema dar condições ao povo de participar formalmente no processo político. Existem diversos modelos de partidos políticos em quase todos os países, mas são poucos os sistemas que, mesmo temporariamente, tentarão funcionar sem eles. Mesmo nos sistemas mais fechados, onde só existe um partido, ele faz, no mínimo, superficialmente, o preenchimento dos requisitos para a representação popular.

Nos sistemas democráticos mais evoluídos, os partidos políticos que alcançam uma situação nacional significativa, normalmente adotam um amplo e abrangente programa de modo a atrair o máximo de eleitores para suas fileiras. Com esse procedimento, ao lado de arregimentar massas de eleitores, eles também incorporam diversas facções, e isso os levam a ignorar assuntos controvertidos e sobre os quais seria difícil conseguir o consenso, para não correr o risco de ver a coesão do partido comprometida.

Na avaliação do poder político de uma nação, o número de partidos pode ser menos significativo do que a incidência de facções nos partidos dominantes, de como estes obtêm o consenso de seus partidários e dos resultados que eles obtêm em termos de políticas e programas.

A execução da política, ou seja, a colocação em prática das leis, normas, regulamentos e outros dispositivos, é feita pela burocracia. A burocracia é o conjunto de organismos do governo que transforma as decisões dos escalões superiores em programas específicos e os põem em prática. Essas organizações adquirem poder pela estreita relação que possuem com os escalões superiores de decisão. Entretanto, é freqüente elas acumularem mais poder, proveniente do fato de terem acesso imediato à informação e da íntima aproximação que conseguem com influentes grupos de interesse e com líderes do legislativo. Adquirem, ainda, poder discricionário em virtude de ficar entregue ao critério delas o, normalmente, amplo campo de interpretação das leis em execução e, talvez mais significativamente, pelo fato de as decisões dos líderes políticos e dos juízes deverem, em última análise, serem postas em prática pelos burocratas e administradores, na forma de solução de casos de bem-estar de trabalhadores, agricultores, funcionários do governo e de militares.

○ Afirma-se que nas sociedades modernas a burocracia se tornou elemento dos mais importantes do governo por causa do seu tamanho, do grau de eficiência e do papel crucial que exerce na ação governamental.

Instrumentos do Poder

O relacionamento do governo com o povo varia de sistema para sistema. Essa variação é notada na maneira e na ênfase com que o governo utiliza os instrumentos do poder para cumprir as suas responsabilidades funcionais.

Para o governo exercer suas atividades com habilidade e eficiência, ele atua

por meio do consenso ou da coerção legal. Um fato político que prevalece é que somente o governo pode legalmente exercer o monopólio da extrema ação de coerção física. A combinação adequada e equilibrada de consenso e coerção é que indicará o ponto ideal de eficiência do sistema, e essa combinação varia de um país para outro.

Na proporção em que qualquer organismo privado adquire poder para praticar a coerção física — para distribuir e executar justiça por conta própria —, na mesma extensão estará o estado sendo ineficiente, a autoridade do governo sendo ultrapassada, e a nação tendo a sua soberania comprometida. Tem ocorrido que, devido à alienação do governo e sua incapacidade para agir coercitivamente, grupos privados adquirem poder e assumem a função de governo.

Os analistas políticos associam a democracia com a que maior afinidade possui para a prática do consenso e os regimes autoritários com a prática da coerção. Na verdade, todos os regimes de governo utilizam ambas as técnicas toda vez que elas se tornam necessárias como instrumento para que se obtenha a obediência política, sem o que nenhum objetivo de grupo poderá ser alcançado.

A habilidade para se impor restrições às ações dos membros do sistema é um atributo que se situa no ponto central do sistema. As prisões e a polícia atestam a importância da coerção nas ações de governo nos estados democratas. Um governo sem qualquer força de coerção é inócuo. Assim, também as modernas ditaduras usam o consenso — ou aprovação coletiva — como um instrumento que lhes facilita alcançar os seus objetivos. A Rússia assegura eleições, por voto secreto, aos eleitores, homens e mulhe-

res, com mais de 18 anos. Nessas eleições não existe a essência da característica democrática, que é o significado dos partidos de oposição. Eles de modo algum podem participar, já que os governantes do Kremlin se sentem suficientes para agirem no lugar deles. Existe, entretanto, uma diferença no modo de como esses dois instrumentos são utilizados pelos variados tipos de sistemas políticos — ela está na natureza da combinação dos dois. A democracia dá ênfase ao consenso porque ele é o meio institucional através do qual o poder é alcançado e mantido no sistema. A liderança autocrática, por outro lado, busca o apoio da massa sem ter a necessidade de dar maior atenção a qualquer tipo de maioria, quando esta registra a concordar com as ações postas em prática, apesar de ser ela importante para se conseguir o consenso. A ditadura realiza grandes esforços para obter a simpatia do povo, porém o ditador não desiste do poder, mesmo que esses esforços só convençam a minoria. Esses esforços podem ser mesmo a violência e a utilização de campos de concentração e de trabalhos forçados com o fim de obter a obediência. O consenso é, para a ditadura, menos importante que para a democracia, e quanto mais aquela usa da coerção, mais se torna rigorosa e menos limitada pelos princípios humanos e de direito.

Em qualquer sistema político deve haver outros centros de poder além daqueles que se acham no governo. Nos sistemas democráticos, esses demais centros de poder podem surgir em virtude de influência que possuem sobre amplo setor do eleitorado e da capacidade que têm em contactá-los, como é o caso que freqüentemente ocorre com os sindicatos, com certas instituições religiosas, com os partidos políticos e com a opinião

pública; como acontece com órgãos que possuem o controle sobre a informação ou a experiência em determinados setores, tais como cientistas ou o Conselho de Relações Exteriores; por aqueles que controlam a produção e as instituições financeiras, como as grandes empresas e a comunidade bancária e monetária.

Os sistemas autocráticos, pelo contrário, agem limitando o desenvolvimento de outros centros de poder que não os governamentais, pelo menos ao mínimo que os impeça de interferir na ação do governo. É como acontece na Rússia que, ao mesmo tempo em que permite a existência de instituições religiosas, mantém-nas sob constante pressão e geralmente considerando-as de baixa reputação. O Partido Comunista na União Soviética domina completamente o processo de formulação política até à última consequência, a ponto de ser reconhecido como o legítimo líder da URSS o Secretário Geral do Partido Comunista, e não o Primeiro Ministro.

Para a compreensão de um sistema político como um todo torna-se essencial que se identifiquem os centros de poder, os interesses particulares e as perspectivas que os envolve, considerando as questões de política e o grau de influência que eles exercem sobre o processo político. Um método de se obter esses dados é por meio da análise dos líderes de cada um desses centros de poder, que constituem a elite do sistema.

Elites Políticas

O conceito de elite, como nós o estamos utilizando, não é inadequado à democracia ou a qualquer outra forma de controle. Ele se baseia no pressuposto, estabelecido em teoria política e social, de que qualquer forma de ação social

envolve divisão de trabalho e influência. O influente é a elite.

Na sociedade democrática a maioria das pessoas adultas tem legalmente igual parte de influência. Desse modo, a distribuição do poder envolve uma graduação de influência de tal forma que pressupõe não existir uma elite, como ela é entendida. Entretanto, ninguém deve ignorar a realidade e com ela o significado da estratificação da influência, qualquer que seja o sistema, tanto no democrático como no autocrático.

Na realidade política dos EUA é de se admitir que existem, no mínimo, quatro estratos de opinião pública que exercem a influência, atuando no processo político. O primeiro deles poderia ser classificado como o "grande público". Caracteriza-se pelo freqüente desinteresse pela maioria dos assuntos de política e, normalmente, fica à margem do relacionamento "opinião pública-política". Eventualmente, o grande público pode sair dos seus padrões de passividade para colocar-se exageradamente fora dos limites dos mesmos e, em condições tais, que constrange qualquer ação dos dirigentes políticos. Apesar dos analistas, de uma forma geral, considerarem que o "grande público" corresponde à maioria da população da nação, eles discordam quanto ao número de indivíduos que são normalmente computados nessa categoria.

Existe, a seguir, o "público atento", que é interessado e que se mantém informado sobre assuntos de política. É constituído pela audiência das discussões políticas que ocorrem na elite. O valor dessa categoria é função dos assuntos em curso tratados pela política, e do nível de educação da população. No início de 1960, foi feito um estudo em que se estimou que esse tipo de público nos

EUA não era superior a 10 por cento da população. Subseqüentemente, já em 1968, analistas perceberam um crescimento nessa categoria. Não foi possível determinar se a causa disso foi a guerra do Vietnã, e, também, se a ocorrência foi temporária ou se a elevação do nível cultural dos americanos seria razão para provocar a permanência desse aumento de interesse.

Uma terceira categoria é a da "elite de opinião e de política informal". Nela estão incluídos a opinião pública local e a de massa, os membros das instituições públicas e privadas, os grupos de interesses que fornecem os "inputs" para o processo político, e aqueles indivíduos que, pela larga experiência que possuem, têm os seus conselhos aceitos com atenção especial.

Finalmente, existe a elite formal (oficial) que é aquela que formula a política. Nela estão os membros do executivo, do legislativo ou de serviços civis que participam do atual processo de formulação das decisões políticas.

Essas quatro divisões do estrato nos permitem melhor entender o processo. Nele, o "grande público" não está interessado nem informado e é incapaz de permanecer atento ao processo de desenvolvimento da política. De fato, se interesse, conhecimento e constante participação por parte da massa fossem o critério, todas as democracias históricas teriam que ser descritas como outra coisa que não democracia.

A pura identificação da estrutura e das funções do governo, dos centros de poder existentes e das elites atuantes não significa que a interação desses elementos, dentro de um processo para transformar aspirações em ação política, tenha sido determinada. Para isso há necessidade de se examinar o processo de-

cisório e, na formulação de ações políticas, como e quais elementos fornecem aspirações e apoios para influir e formular essas ações.

Perspectivas com Relação ao Processo Decisório

Quando muitos de nós visualizamos o processo decisório na política, admitimos que o governo e suas repartições são os atores que estão envolvidos nele. Cada decisão aflora de uma bem formulada intenção de satisfazer a aspirações perfeitamente definidas; cada decisão é uma resposta calculada para essas aspirações. De todas as alternativas estudadas, uma é selecionada como a que se espera que alcance os efeitos mais desejados e a menores custos. Esta visualização da formulação da decisão, como um processo racional, é bastante atraente para aqueles que julgam que as aspirações da nação conduzem a política.

Uma outra perspectiva do processo decisório vê o governo, não como uma simples unidade envolvida, processando as aspirações e transformando-as em ações políticas, mas sim como um conjunto de repartições semi-autônomas ordenadas livremente e sobre as quais nenhum outro organismo, ou um simples líder, tem completo controle. O comportamento do governo não é tanto o da escolha deliberada feita pelo executivo ou por uma legislatura, mas o resultado do funcionamento desses grupos, de acordo com os seus próprios padrões de comportamento e de interesses. A interação entre esses grupos pode resultar na recusa à utilização dos meios apropriados para se alcançar um determinado fim, muito menos para satisfazer a uma aspiração nacional.

Uma terceira perspectiva interpreta o comportamento do governo como sendo o resultado de uma manobra política. Os governos são considerados como compostos por indivíduos, e cada um deles possui um considerável poder de decisão e discricionário. O poder no país é dividido e a decisão é, na ocasião, tomada em função do poder, da habilidade e da posição dos indivíduos atuantes. Elas, necessariamente, não são o resultado racional produzido pelo processo, mas sim um compromisso entre os diferentes pontos de vista e de poder.

Em virtude de, até certo ponto, serem verdadeiras todas essas perspectivas, com referência ao processo decisório, não se deve selecionar simplesmente aquela que melhor atenda às noções preconcebidas; melhor será aceitar todas elas em uma forma em que se completem. Dessa maneira, limita-se o prejuízo parcial que se teria escolhendo qualquer um dos pontos de vista em detrimento dos demais.

Quando alguém avalia um sistema político e determina quem e o que influide fato no processo político (as elites), o passo seguinte a dar deverá ser a análise desses componentes, visando a determinar qual o grau de predicibilidade que pode ser deduzido de tal identificação. Entretanto, como Roger Hilsman sucintamente estabeleceu em sua obra "A Política para a Formulação da Política de Defesa e de Assuntos Internacionais", o que faz o trabalho de análise e de predição em assuntos políticos tão difícil é o grau de irracionalidade que entra no processo decisório. A base de parte dessa irracionalidade não deixa de ser o que comentamos anteriormente. Um outro fator que reforça essa dificuldade é o fenômeno de percepção. É a percepção daqueles que decidem, bem

como a realidade objetiva, que influem na política de uma nação. Se os homens que decidem consideram uma sua interpretação como uma realidade, eles "são reais" nas suas consequências. Desse modo, analisando a situação política em um Estado ou o relacionamento entre dois ou mais Estados, as complexidades da análise podem ser enormemente acrescidas pela distorção tanto na imaginação do analista como na idéia dos homens de decisão dos Estados sob análise.

QUALIDADES DO SISTEMA POLÍTICO

Para que o sistema político tenha habilidade para atender às aspirações da sociedade, ele deve dispor de certas qualidades que o tornam capaz de elaborar e aplicar com sucesso as ações políticas adequadas. Passemos a essas qualidades que são:

- integridade territorial;
- participação social;
- assessoria;
- processo decisório; e
- mobilização da opinião pública.

Integridade Territorial

A qualidade básica que um sistema político deve incorporar é a integridade territorial. Se ele quer ser eficiente, deve ser capaz de constituir de algum modo um conjunto geográfico viável. Deve desenvolver estruturas políticas e administrativas eficientes a níveis territoriais — estruturas que levem em conta limites, características e distribuição da população, características e distribuição dos recursos naturais, diferenças locais e regionais, tradições políticas, diversidade da cultura política e diferenças em aspirações. Este é um dos maiores desafios aos

sistemas políticos de hoje em dia entre os estados mais novos. Certamente, esta é uma qualidade que faltou ao Paquistão em 1971 e que foi o fator-chave que conduziu ao sucesso o movimento separatista de Bangladesh.

Muitos dos novos Estados têm sido criados com limites artificiais, produto de linhas traçadas entre Impérios com finalidades essencialmente administrativas e não visando a estruturação de modernos Estados. Não possuem assim a integridade geográfica natural. Isto provoca uma maior exigência sobre as estruturas do sistema político para tratarem desse problema. Não importa como um sistema político se engaje no esforço para manter integrado o território de seu país — se ele utiliza a forma unitária, a confederação ou um sistema federal, ou ainda uma variação deles —, um sistema político não pode operar com uma base sólida a menos que possua esta qualidade — manter unido e sob algum controle o território do seu próprio país.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL

A segunda qualidade necessária é a participação social, que vem a ser a congregação do povo. A partir do século XX, só são bem sucedidos os sistemas que dispuserem de legitimidade. Eles devem ter penetração nas elites e na massa do povo. A liderança política deve ser conduzida com autoridade para aplicar o poder não só de forma coercitiva, mas, principalmente, de forma hábil, a ponto de obter, da sociedade compreensão e colaboração. Nos dias atuais, nenhum governo pode ignorar indefinidamente as aspirações do povo e ser tímido no uso de sua autoridade sem correr o risco de ser deposto. Tanto faz ser uma ditadura competente ou uma democracia habilidosa, os governos têm é que cum-

prir suas tarefas em atender às necessidades da nação. Esta é uma das razões do porquê de serem os sistemas autoritários modernos mais evoluídos do que as tradicionais ditaduras: eles se preocupam em alcançar as massas. Por esta razão, eles possuem um gigantesco aparelhamento de propaganda. Tanto os modernos sistemas autocráticos como as mais desenvolvidas democracias, no momento, se esforçam em aprimorar essa qualidade, como um dos passos importantes para o aperfeiçoamento.

ASSESSORIA

Uma nação pode ter uma excelente constituição, maravilhosos planos, magníficos projetos de estrutura política, porém, eles não terão o menor significado a não ser que o sistema tenha a possibilidade de recrutar, treinar e designar para seus postos-chave os homens mais capazes. Sem possuir esta qualidade, o sistema como um todo será uma ilusão.

As diferenças entre os sistemas políticos é o motivo de terem eles diferentes tipos de assessorias. Na proporção em que um estado autoritário controla a economia através do sistema político, vê-se ele na necessidade de possuir mais desenvolvidas assessoria e burocracia. Um sistema democrático tem menos controle e é menos coordenado pelo Estado do que o autocrático, mas neste existirá menor participação e pressão de assessoria. Entretanto, qualquer que seja a natureza do sistema, ele deve ter a qualidade de poder reunir talento para compor sua assessoria.

PROCESSO DECISÓRIO

Qualquer Estado deverá ter a qualidade de equacionar e solucionar proble-

mas, tanto no ambiente nacional como no internacional, e de desenvolver o mais adequado processo decisório. Tanto seja numa ditadura como numa democracia, será sempre imperativo aos governos detetarem os problemas mais significantes a serem solucionados, identificar as necessidades e os conflitos de interesses dentro da sociedade, por em ordem os fatos relevantes, analisá-los e avaliá-los, e então estabelecer e aplicar a solução política mais conveniente. Para que o governo esteja capacitado a conduzir um processo decisório adequado, deverá possuir uma estrutura político-administrativa de valor compatível com o trabalho que lhe é exigido. Por outro lado, quanto mais desenvolvido for o sistema político, será mais difícil fazê-lo funcionar de forma altamente centralizada. Como exemplo disso podemos observar a contínua evolução do sistema político soviético, no qual já existem novas tendências para a adoção de medidas que irão tornar o processo decisório do governo mais aberto, mais coletivo, como também mais descentralizado, particularmente em determinados aspectos ligados ao desenvolvimento econômico. Isto nos sugere a concluir que os novos Estados, de início, sentem a necessidade de adotar um processo com grande dose de centralização, mas à proporção em que vão se aperfeiçoando, eles tendem a maior descentralização, para não correrem o risco de provocar uma sobrecarga no sistema político ou a perda do controle e a consequente desintegração do sistema.

É lógico que as ações políticas decididas pelo governo, só serão eficientes e de boa qualidade se forem postas em execução convenientemente. Para tanto, não adianta que o sistema esteja apto para exercer uma perfeita liderança; des-

de que existe um certo grau de burocracia deficiente nos órgãos administrativos e na coordenação do governo, a qualidade da decisão perderá muito do seu valor durante a execução.

MOBILIZAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA

Qualquer sistema político tem que contar com a possibilidade de mobilizar a sociedade em apoio a objetivos e estratégias por ele estabelecidas, com a finalidade de desenvolver o moral nacional. Cada sistema possui o seu modelo de dinamizar o moral nacional, que deve ser adequado ao tipo de sociedade e, normalmente, o modelo adotado para uma sociedade não satisfaz a outra. O apoio que mais estabilidade tem trazido para o governo é quando o povo se torna consciente de que é correto e apropriado se aceitar e obedecer à autoridade instituída, concordar com o processo político que o sistema adota e permanecer como participante da comunidade política. Esta forma de apoio é a que mais prestigia o sistema, porque está apoiada na legitimidade, na convicção de que ele está funcionando em proveito do povo, de que tem posto em prática a quantidade e qualidade de ações políticas que satisfazem plenamente e de que está capacitado a suportar as maiores privações. Pode-se observar ser óbvio que qualquer das qualidades que foram citadas tem interferência nas demais. Uma vulnerabilidade com respeito à participação social tem repercussão a ponto de poder tornar o sistema insuficiente para atender à necessária integração territorial ou à capacidade de mobilizar sua opinião pública.

A seguir, passaremos a examinar outra variável importante e que também

tem grande influência na capacidade do sistema possuir as qualidades que acabamos de comentar.

DESENVOLVIMENTO POLÍTICO

Todo sistema político deve possuir a necessária flexibilidade e percepção para identificar e processar convenientemente novas formas de aspirações populares que surjam, e de dar a elas a melhor resposta com ações políticas ajustadas à situação. O mundo não é estático. Os ambientes políticos nacional e internacional são ativamente dinâmicos. Surgem, continuadamente, os problemas que provocam novos tipos de aspirações a exigir, das lideranças políticas, imaginação e condições de criar novas fórmulas políticas para satisfazer a essas aspirações da sociedade. É este o ponto capital da estabilidade política do sistema e que garante a sua viabilidade. Deve ter ele competência para revitalizar o seu instrumento político com que atende às necessidades de processo e com isto garantir a efetividade política a longo prazo.

Um dos maiores entraves a esse desenvolvimento é o tradicionalismo político e que vem a ser a velha maneira de fazer política, apesar das modificações porque passaram os tipos das aspirações populares. Uma sociedade pode ser extremamente desenvolvida até um determinado estágio da sua história, como é o caso da antiga China, mas se a partir de determinada ocasião o processo decisório do sistema político continua a atuar, pondo em execução ações políticas, como se a situação não tivesse evoluído e

NOTA: O desenvolvimento político aqui usado tem um sentido muito limitado. Outros empregam esse conceito com mais abrangência, abarcando todas as qualidades que citamos anteriormente.

os tempos não tivessem mudados, o sistema tornar-se-á inócuo. Isto quer dizer que o tradicionalismo político leva à decadência da nação e à desintegração do sistema.

No século XX, como o crescimento acelerado do conhecimento humano, particularmente nas áreas da ciência e da tecnologia, tornando o mundo bem mais dinâmico, este aspecto toma um valor significativo.

Para que o sistema se mantenha atualizado, deve estar continuadamente desenvolvendo pesquisa sobre os seus componentes. Se os Estados Unidos permanecessem estáticos em termos dos dias de hoje, apesar de ser conhecido universalmente como possuidores de um sistema bastante evoluído, seria quase certo que, ao final deste século, estariam na situação de subdesenvolvido. É bem possível que isso tenha ocorrido com os Impérios da China, o Romano e o Otomano.

O grau de influência do tradicionalismo político em um sistema é um indicador importante para o analista avaliar a capacidade de reação desse sistema diante de situações novas ou inopinadas.

As lideranças políticas que falham em se ajustar às transformações que ocorrem na sociedade caminham no sentido do esvaziamento político.

Muitos Estados, para compensar essas diferenças entre eles e os demais, têm buscado compensação, participando de organizações internacionais e cujo número tem crescido dia a dia. Utilizam também os acordos bi ou multilaterais e, com isso, associam possibilidades de aliados ou de grupos a fim de fortalecer o poder e, assim, contribuir para atender às aspirações que lhes são apresentadas. Ocorre, no entanto, que esses acordos também podem provocar certos constrangimentos para o governo desses Estados, porque poderão limitar a liberdade de ação para decidir, ou mesmo provocar áreas de conflito interno ou externo, nas quais o Estado não tinha interesse em se envolver. Nesse particular, um aspecto interessante que se observa é que esse constrangimento, até certo ponto, é compensado pela pouca capacidade que tem a política interna de interferir na ação dos setores de decisão que atuam na política externa. Mesmo nos Estados democráticos, isso ocorre e os procedimentos nesse aspecto tendem a se assemelhar aos dos Estados autocráticos, porque, para esses assuntos, o poder de decisão freqüentemente se concentra em poucas mãos, ficando mais ágil e sujeito a menos restrições. Entretanto, apesar da relativa falta de influência da política interna e da menor expressão das aspirações populares com relação à política externa, existem exemplos recentes de como devem, ou não, serem postas em práticas políticas que atendam equilibradamente aos interesses externos e internos de um Estado.

Nos Estados Unidos persiste a dúvida de conveniência de serem usadas forças militares para se atingir objetivos externos ligados com a necessidade de manter influência sobre determinadas áreas, ou de garantir a estabilidade de países alia-

ALINHAMENTO INTERNACIONAL

Apesar de se considerar que todos os Estados possuem a mesma expressão de soberania, torna-se óbvio que isso é uma afirmação teórica, desde que existem nítidas diferenças nas possibilidades para resolver os seus problemas, particularmente no atender às aspirações do seu povo, que incidam quer sobre o setor nacional quer sobre o internacional.

dos que vêm suas soberanias ameaçadas. Esse aspecto tem tido influência na Coréia, no Vietnã e em outros casos.

CONCLUSÃO

Foram examinadas as cinco variáveis significativas do sistema político:

- componentes do sistema;
- dinâmicas políticas;
- qualidades do sistema;
- desenvolvimento político do sistema; e
- alinhamento internacional.

Após o exame, percebemos que elas podem ter ação em determinado ponto ou, então, ao longo de todo o segmento do ciclo "insumo-transformação resultado".

Cremos que deixamos esclarecido de como distinguir essas variáveis e o aspecto de que elas se interdependem e agem entre si.

A análise dessas variáveis e como elas se situam, e influem no sistema político, permite ao analista concluir como funciona o processo político e quais são os fatores de vigor e as debilidades do sistema. Estes conhecimentos são extremamente úteis ao estrategista militar que, nos seus estudos, se vê envolvido na avaliação das possibilidades e das prováveis intenções do inimigo potencial e, também, com a influência do comportamento de qualquer Estado ou grupo aliado.

BIBLIOGRAFIA

Os livros e artigos de jornais usados para a realização deste artigo são os relacionados abaixo:

ALLISON, Graham T. — "Essence of Decision: Explaining the Cuban Crisis", Boston — Little, Brown and Company, 1971.

ALMOND, Gabriel A. and James S. COLEMAN (eds) — "The Politics of Develop-

ing Nations", Princeton, Princeton University Press, 1966.

ALMOND, Gabriel A. and G. Bringham POWELL — "Comparative Politics: A Development Approach", Boston — Little, Brown, 1966.

BEER, Samuel H. and Adam B. ULAM (eds) — "Patterns in Government", 2^a ed. revised, New York, Random House, 1962.

DAHL, Robert A. — "Modern Political Analysis", Englewood Cliffs, J. Prentice-Hall, 1963.

DOUGHERTY, James E. and Robert L. PHALTZGRAFF, Jr. — "Contenting Theories of International Relations" — New York, J.B. Lippencott, 1971.

EASTON, David — "An Approach to the Analysis of Political System", World Politics, V. IX, N° 3 (April 1957), pages 383-392.

FITZGERALD, Frances — "Fire in the Lake: The Vietnamese and the Americans in Vietnam" — Boston, Little, Brown, 1972.

FRANKEL, Joseph — "Contemporary International Theory and Behavior of States" — New York, Oxford University Press, 1973.

FRIEDRICH, Carl Joachim — "Man and his Government. An Empirical Theory of Politics" — New York, McGraw-Hill, 1963.

HALBERSTAN, David — "The Best and the Brightest" — New York: Random House, 1972.

HUNTINGTON, Samuel P. — "Political Order in Changing Societies" — New Haven, Conn. Yale University Press, 1968.

INGRAM, Lionel R., Jr. — "The Concept of the Political System" (unpublished), student research requirement, CGSC, April 1974.

MACRIDIS, Roy C. and Robert E. WARD (eds) — "Modern Political System: Europe" — Englewood Cliffs, N.J. Prentice-Hall, 1972.

(Tradução da equipe da Redação
da Defesa Nacional)